

COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL

Publicado

06 / 06 / 2023
Assina

EDITAL nº 005/2023

PUBLICAÇÃO DO GABARITO DA PROVA DE CONHECIMENTO ESPECIFICO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE- ECA

O A Comissão Especial Eleitoral das Eleições dos Membros do Conselho Tutelar da cidade de Taquaritinga do Norte do Estado de Pernambuco. TORNA PÚBLICO por este Edital a divulgação do **GABARITO DA PROVA DE CONHECIMENTO ESPECIFICO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-ECA**. Realizada no dia 03 de junho de 2023, aplicada aos candidatos a Membros do Conselho Tutelar desta cidade

1 - DOS RECURSOS

1.1- O prazo para a interposição de recursos é de 72hs (03 dias úteis), contados da publicação deste EDITAL, findando-se este prazo as **10hs** do dia **08/06/2023**.

1.2- O candidato poderá apresentar um único recurso, individualmente, sendo este devidamente fundamentado, constando o nome e a assinatura do candidato que prestou o exame. A petição de recursos deverá ser encaminhada ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA.

1.3- Os recursos recebidos sem fundamentação lógica e coerente ou fora do prazo estipulado acima, serão desconsiderados e automaticamente INDEFERIDOS.

1.4- No caso de deferimento de algum recurso, será feita a publicação do Edital de Retificação do Gabarito com as alterações necessárias.

2 - DO GABARITO E DA PROVA

Prova de conhecimento específico do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA e gabarito, ambos seguem em anexo.

E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, fez-se a lavratura do presente Edital, o qual será afixado no local público de costume e em quadros de avisos de prédios públicos de grande circulação neste município.

Taquaritinga do Norte-PE, 06 de junho de 2023.



Michel Curvelo da Silva
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL

Scanned with CamScanner

Scanned with CamScanner



INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE CONHECIMENTOS DO PROCESSO DE ESCOLHA PARA CONSELHO TUTELAR 2023

Nome do Candidato

PROVA

Conhecimento Específico – Estatuto da Criança e do Adolescente

ATENÇÃO!

1. Inicie a prova preenchendo os dados de identificação na FOLHA DE RESPOSTA.
2. Esta prova contém 10 (dez) questões, sendo todas as questões objetivas.
3. Cada questão objetiva só existe **01 (uma) Resposta Correta**.
4. O candidato deverá assinalar apenas uma alternativa como resposta.
5. Caso apresente defeito de impressão ou falta de questão, solicite ao fiscal outra prova.
6. O cartão de resposta apresenta uma linha para cada questão onde o candidato deverá assinalar com um X a coluna correspondente à alternativa escolhida como correta.
7. As questões que estiverem rasuradas ou que possuírem mais do que uma alternativa assinaladas serão automaticamente consideradas incorretas.
8. O tempo de duração das provas é de 2 (duas) horas. Já incluído o tempo destinado ao preenchimento do cartão de resposta. Início para às 8:00 horas e término às 10:00 horas.
9. O candidato só poderá deixar a sala após 30 (trinta) minutos do início da prova.
10. Os 03 (três) últimos candidatos permanecerão dentro da sala, sem comunicação de qualquer espécie, até que o último candidato entregue a prova ou até término do tempo estipulado, o que ocorrer primeiro
11. O candidato não poderá levar o caderno de prova.
12. Saída da sala com retorno somente serão permitidas para idas ao banheiro e acompanhadas de um fiscal.
13. Será entregue ao candidato um gabarito avulso em que o mesmo poderá preencher com os dados preenchidos na folha resposta para a sua própria conferência.
14. Ao término deverá ser entregue a Folha de Resposta devidamente preenchida e assinada juntamente com o caderno de prova.
15. A avaliação é individual, sem consulta a qualquer material, livro, texto, etc.
16. Os celulares devem ser desligados, bem como quaisquer outros equipamentos eletrônicos, sob pena de desclassificação em caso de tocar, vibrar ou despertar.
17. As questões devem ser respondidas com caneta esferográfica azul ou preta na folha de resposta.

Boa Sorte e Boa Prova!!!

01. O Estatuto da Criança e do Adolescente está dividido em 02 (duas) partes:

- (A) Geral e Especial
- (B) Geral e Ordinária
- (C) Especial e Ordinária
- (D) Nenhuma das respostas

02. Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família, ou seja, em família natural. Em se esgotando e recorrido todos os recursos para permanência da criança e ou adolescente em família natural ou extensa, qual medida será aplicada, em situação excepcional e irrevogável:

- (A) Creche
- (B) Guarda
- (C) Reformatório
- (D) Adoção

03. A respeito da obrigação dos dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicar fatos ao Conselho Tutelar, não se incluem os casos de:

- (A) Maus-tratos envolvendo seus alunos;
- (B) Demonstrações de estresse dos alunos após a aplicação de provas regulares;
- (C) Demonstrações de espancamentos, faltas injustificadas com evasão escolar;
- (D) Abuso e prostituição envolvendo alunos.

04. Quanto ao Conselho Tutelar, órgão, por excelência, representativo da sociedade, assinale a opção correta.

- (A) São impedidos de servir no mesmo conselho tutelar marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.
- (B) Enquanto não forem instalados os conselhos tutelares em um município, as atribuições a eles conferidas serão de competência da Delegacia Especializada da Criança e do Adolescente.
- (C) Em cada município, deverão ser criados quantos conselhos tutelares forem necessários, cada um deles com a composição fixa de três membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de cinco anos, permitida uma recondução.
- (D) Para ser membro do conselho tutelar, o indivíduo deve ter reconhecida idoneidade moral e idade superior a dezoito anos, devendo, ainda, residir no município.

05. Com base na Lei n° 8.069/90, é correto afirmar que, compete ao Conselho Tutelar no exercício de sua ação:

- (A) Realizar procedimentos cirúrgicos em crianças ou adolescentes, na falta de médico responsável.
- (B) Decidir a guarda e a pensão alimentícia para resolver os problemas de crianças e adolescentes.
- (C) Requisitar certidões de nascimentos e de óbitos de crianças e adolescentes quando necessário.
- (D) Determinar a perda do poder familiar dos pais ou responsáveis que abandonarem os filhos.

06. Com base na Lei n° 8.069/90, art. 101 e na verificação de qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

- I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- II - inclusão em programa de acolhimento familiar;
- III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- IV - orientação, apoio e acompanhamento temporários.

Com base neste artigo responda: Dessas medidas, quais podem ser aplicadas pelo Conselho Tutelar?

- (A) Pode aplicar todas as medidas;
- (B) Pode aplicar somente as medidas de I e III.
- (C) Pode aplicar somente as medidas de I, III e IV.
- (D) Não pode aplicar nenhuma destas medidas.

07. Com base na Lei nº 8.069/90, no art. 131, o Conselho Tutelar é órgão...

- (A) Autônomo, não permanente e não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
- (B) Autônomo, permanente e não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
- (C) Autônomo, permanente e jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
- (D) Autônomo, às vezes, não permanente e jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

08. Dona Severina e Seu Manoel têm 02 (dois) filhos: Dayanny e José Carlos. São agricultores, em situação de extrema pobreza, apresentando falta ou carência de recursos materiais. Devido a essa situação, o Conselho Tutelar os representou ao Ministério Público para efeito de suspensão do poder familiar dos pais. Analisando tal situação, podemos afirmar que:

- (A) Carência ou alta de recursos não caracteriza motivos para a suspensão ou perda do poder familiar sobre os filhos.
- (B) Os pais e/ou responsáveis podem perder a guarda dos filhos, pois não tem como prove-los.
- (C) No Estatuto da Criança e do Adolescente, prevê medidas aos pais e/ou responsáveis em situações vulneráveis, como carência ou falta de recursos, pois, deverão ser incluídos em programas oficiais e comunitários de proteção à Família.
- (D) Alternativas A e C, no tocante ao caso, estão corretas.

09. Considerando que o conselho tutelar de determinado município tenha recebido via telefone denúncia anônima consistente no relato de que três irmãs adolescentes estavam sendo obrigadas pelos pais a se prostituir, à beira de rodovia que passa pelo município, com os caminhoneiros que trafegam por essa estrada, assinale a opção que apresenta a medida a ser tomada pelos conselheiros tutelares nesse caso, (A) Após constatar *in loco* a veracidade dos fatos denunciados, o conselho tutelar deve determinar o acolhimento institucional das adolescentes e o seu acompanhamento psicológico, além de advertir imediatamente os pais e enviar ao MP e à autoridade judiciária relatório circunstanciado do ocorrido e das providências tomadas

- (B) Cabe ao conselho tutelar, nesse caso, instaurar inquérito civil público para a apuração dos fatos, ouvir os pais e as adolescentes, e, após a conclusão das investigações, remeter os autos ao MP, para a tomada das providências cabíveis
- (C) Os conselheiros tutelares devem enviar ofícios à autoridade judiciária, ao MP e à DP, comunicando o recebimento da denúncia, para que tomem as medidas cabíveis ao caso, e aguardar ordens de atuação
- (D) O conselho tutelar deve propor, no juízo da infância e juventude local, ação de destituição do poder familiar, com pedido liminar de afastamento provisório das adolescentes do lar familiar e encaminhamento para instituição de acolhimento

10. Das Medidas abaixo, qual delas é atribuição do Conselho Tutelar em aplicar:

- a. Medida Socioeducativa em Meio Aberto;
- b. Medidas de Proteção;
- c. Medidas de Prevenção;
- d. Medidas de colocação em família substituta;
- e. Medidas de Adoção.

Processo de Eleição para Conselheiros Tutelares – 2023
Taquaritinga do Norte – PE

CARTÃO RESPOSTA

01		B	C	D	E
02	A	B	C		E
03	A		C	D	E
04		B	C	D	E
05	A	B		D	E
06	A	B		D	E
07	A		C	D	E
08	A	B	C		E
09		B	C	D	E
10	A		C	D	E